



## Análise

### **18/06/2011 - A política externa brasileira para África: a inflexão do governo Lula .....p.01**

Os parâmetros da política africana do Brasil estabelecidos no governo Lula caracterizaram uma reaproximação brasileira frente aos países da África. Marcada por oscilações no seu histórico, este é um momento em que se percebe certa consistência e vontade política em consolidar laços culturais e fortalecer a cooperação entre os países em desenvolvimento.

## Documento de Trabalho

### **18/06/2011 - Uma Primavera dos Povos Árabes?.....p.06**

As revoltas no mundo árabe, seus antecedentes e desdobramentos. Os impactos regionais frente à diversidade sociopolítica do mundo árabe e a natureza dos conflitos.

---

# A política externa brasileira para África: a inflexão do governo Lula

---

Análise  
Marina Scotelaro de Castro  
18 de Junho de 2011

---

**Os parâmetros da política africana do Brasil estabelecidos no governo Lula caracterizaram uma reaproximação brasileira frente aos países da África. Marcada por oscilações no seu histórico, este é um momento em que se percebe certa consistência e vontade política em consolidar laços culturais e fortalecer a cooperação entre os países em desenvolvimento.**

---

Dentre os pontos que mais chamaram atenção no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva de 2003 até 2010 em sua agenda de política externa, a importância conferida às relações brasileiras com os países africanos foi marcante na atuação do Brasil no cenário internacional.

Para entender a virada nas relações do Brasil com o continente africano é fundamental perceber que este último sempre esteve suscetível às variações de agenda do país, o que acarretou em distanciamentos ao longo da história. O governo Lula foi marcante por retomar a aproximação com a África de forma nunca vista antes, em termos de intensidade política e econômica.

## Os desafios assumidos pelo governo Lula

O relacionamento brasileiro com a África data de tempos remotos, em várias ceiras. No aspecto diplomático, é possível traçar linhas de descontinuidades claras após as independências africanas, já que desde 1960, o relacionamento entre estes atores atravessou momentos ora de distanciamento ora de proximidade de acordo com os projetos políticos de cada presidente.

O período de ditadura militar brasileira rompeu com uma tentativa inicial do

Brasil em aproximar-se mais intensamente com os países àquela época denominados como de Terceiro Mundo, com o lançamento da Política Externa Independente de Jânio Quadros. De 1964 à 1985, várias foram as oscilações que impediram a consolidação de uma política africana mais bem estruturada em termos comerciais e políticos. Estes se baseavam numa reciprocidade mais instrumental do que cultural, e as atitudes brasileiras que prosseguiram em grande parte até os dias atuais eram encaradas como caminhos para auxiliar no progresso do continente, desmerecendo a própria capacidade de pró-atividade desses Estados.

Os presidentes da década de 1990 voltaram as parcerias estratégicas brasileiras para países parceiros mais tradicionais como Estados Unidos e Europa Ocidental, sem preocupar-se com um desenvolvimento autônomo do país. Isto implicou numa postura mais restrita do Brasil no cenário internacional, quando se voltou mais para o âmbito regional (ênfase no Mercosul) empenhando-se pouco em expandir sua influência econômica e, sobretudo, política sobre outros continentes.

É neste contexto de incipiência e necessidade de aproximação que o governo Lula assume o desafio de revalorização do continente africano. A África estava emergindo da crise

econômica pela qual estava submetida na década de 1990 e o início do século XXI inaugurou uma fase de prosperidade que tem se verificado até os dias atuais, o que torna a África um destino repleto de oportunidades.

Segundo José Flávio Sombra Saraiva<sup>1</sup>, seria preciso ao novo governo de 2003 que reformulasse a concepção de sua política africana, rompendo com o paradigma liberal para uma noção de desenvolvimento endógeno<sup>2</sup>, sem submissão aos preceitos hegemônicos do sistema. Isso exigiria a valorização de novas parcerias estratégicas e diferentes processos de integração, que abriria então espaço para uma política externa mais consistente em ações materiais (em termos de investimentos econômicos e políticos) e conceituais (novos espaços para estudos acadêmicos). Além disso, o autor argumenta a necessidade de reformulação do próprio Ministério das Relações Exteriores, que antes conferia papel secundário ao continente ao dividir um departamento regional com o Oriente Médio, sem possuir nenhuma lógica operacional específica e pouca preocupação com representações diplomáticas em países africanos.

### **As respostas: a nova política externa brasileira para África**

A mudança na política africana no governo Lula foi ocorrendo de forma agressiva, entretanto bem estruturada ao longo dos oito anos da presidência. Isso faz parte de ajustes e mudanças de programas assumidos pelo presidente e também, em grande parte, pelo papel

atuante do Ministro de Relações Exteriores do período, Celso Amorim.

O Partido dos Trabalhadores, filiação de Lula, como base ideológica foi importante no encaminhamento da política externa, predominantemente voltada para a busca do equilíbrio internacional pela valorização do multilateralismo<sup>3</sup>. Isso implicou na ampliação e adensamento das relações diplomáticas (em organizações regionais e globais bem como de forma bilateral) com o intuito de aumentar o intercâmbio econômico, tecnológico e cultural, e consequentemente, o poder e a influência internacional e regional do Brasil.

Consequentemente, o continente africano passou a ser alvo elegível frente às novas demandas do Brasil. A chamada cooperação Sul-Sul<sup>4</sup> é um dos princípios base seguido pelo Brasil. O país despendeu largos investimentos diplomáticos no continente, com a reabertura e inauguração de postos diplomáticos como consulados, representações e embaixadas, como consequência do interesse nacional de estar “fisicamente” presente nos países africanos. Em números, o presidente Lula visitou 39 dos 53 países africanos durante seus dois mandatos, alguns mais do que uma vez. Atualmente, todos estes países possuem embaixadas brasileiras, diferente de quando, em 2002, essas estavam presentes em 16. Essas visitas têm um simbolismo muito grande para o Brasil na medida em que representa um novo ciclo na inserção internacional brasileira, agora mais afirmativa e incisiva na consecução de sua agenda.

<sup>1</sup> Professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

<sup>2</sup> Por desenvolvimento endógeno entende-se o processo de desenvolvimento do país por meio de planos econômicos formulados por forças nacionais, com pouca influência de pressões políticas externas e também pouco controle das atividades econômicas do país por estrangeiros.

<sup>3</sup> Paulo Roberto de Almeida (2011).

<sup>4</sup> Por cooperação Sul-Sul entende-se, por um lado, o conjunto de relações entre países em desenvolvimento (formação de coalizões em negociações multilaterais, fluxo de investimentos privados, dentre outros), e por outro, as perspectivas geográficas específicas que facilitam a cooperação para o desenvolvimento. Definição trabalhada por Iara Costa Leite (2010).

Segundo o ex-ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, em um discurso em 2003, "como declarou o presidente Lula, o estreitamento das relações com a África constitui para o Brasil uma obrigação política, moral e histórica. Com 76 milhões de afrodescendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria, e o governo está empenhado em refletir essa circunstância em sua atuação externa."<sup>5</sup>

Essa mudança contou com o apoio de diversos agentes brasileiros, especialmente os representantes do setor privado, que acompanharam as visitas presidenciais e ministeriais a fim de estabelecer novos contatos empresariais para investimento e expansão de suas atividades para o outro lado do Atlântico.

O processo de revalorização da África abre grande espaço para projeção internacional do Brasil, especialmente quando realiza o perdão de dívidas de países menores, estimulando e facilitando a promoção de empresas brasileiras relacionadas à área de saúde e fornecendo know-how para desenvolvimento de boas práticas sociais.

O tipo de cooperação estabelecida é predominantemente técnica (transferência de tecnologia), diferente dos antigos padrões das grandes potências, que infringiam uma série de condicionalidades para empréstimos e financiamentos. Tal "horizontalidade" garante ao Brasil uma imagem positiva no cenário internacional o que viabiliza por outras fontes para ganhos materiais e políticos.

Deste fato decorre-se a possibilidade de interpretar as ações brasileiras como demasiadamente progressistas, ao ponto de se tornarem invasivas. Atualmente, o Brasil sofre críticas de seus países vizinhos latino-americanos com relação a determinadas atitudes sub-imperialistas

no continente<sup>6</sup>. Dadas as atuais condições vantajosas oferecidas pelos países africanos em termos produtivos, o Brasil, assim como outras potências emergentes, tem sido agressivo em suas aspirações e várias realizações só foram possíveis devido à receptividade dos países da África. Isso é fundamental para o entendimento da nova política externa para a África já que, apenas ganhando uma imagem diferente das antigas potências coloniais europeias no continente, notadamente Portugal, Inglaterra, França e Bélgica, é que o Brasil conseguirá afirmar o seu papel para o continente, conseguindo legitimidade suficiente para sustentar e estabilizar essa reaproximação<sup>7</sup>.

### Um balanço geral

O ponto de inflexão na política africana do Brasil manifesta-se claramente na tentativa de recuperar as oportunidades perdidas ao longo dos anos frente ao continente, o que se configura para muitos analistas como algo positivo no desenvolvimento do país. "O que ocorreu foi uma superação do período de silêncio na sua relação com a África para um ciclo de cooperação e projetos altruístas comuns para o outro lado do Atlântico Sul."<sup>8</sup>.

O Brasil desenvolveu durante o governo

<sup>6</sup> Por sub-imperialismo entende-se ações de determinados países que buscam ampliar sua influência política e o controle de mercados externos de forma direta, por meio de integração produtiva geralmente com seu centro no país que pretende-se como centro dominador da relação. Definição trabalhada por Fábio Bueno e Raphael Seabra (2009).

<sup>7</sup> Autores apontam para a necessidade de se ponderar acerca de um suposto "caráter colonialista", uma nova exploração de recursos humanos e naturais com ganhos desiguais, vem sendo executada pelo o Brasil.

<sup>8</sup> What happened was the replacement of a silent period in its relationship with Africa for a cycle of cooperation and common altruistic projects for the other side of the South Atlantic. SARAIVA, 2010, pg. 174, tradução livre.

<sup>5</sup> Pronunciamento de Celso Amorim citado no texto de Ribeiro, 2010, pg. 76.

Lula uma maneira bem diferente de defender seus interesses: o altruísmo não existe puramente no sistema de Estados, mas este viés solidário tem sido amplamente utilizado pela diplomacia brasileira para projetar-se internacionalmente de forma diferenciada e com objetivos universalistas – manutenção da paz mundial e respeito a direitos humanos, por exemplos – supostamente legítimos.

Não se pode afirmar categoricamente qual o curso de ação a ser adotado no governo Dilma, contudo é improvável um retrocesso nessa pró-atividade brasileira. Mesmo que não haja tantas iniciativas inovadoras, os ganhos da cooperação agora estabelecida apenas reforçam a necessidade de o Brasil caminhar junto com os países africanos rumo a um desenvolvimento sustentado.

## Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Never before seen in Brazil: Luis Inácio Lula da Silva's grand diplomacy. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 53, n. 2, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000200009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 de jun. 2011.

AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 53, n. spe, Dez. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300013&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 de jun. 2011.

BUENO, Fábio; SEABRA, Raphael. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea. **Agencia Latinoamericana de Información**. Julho, 2009. Disponível em: <http://alainet.org/images/A%20teoria%20do%20subimperialismo%20brasileiro.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2011.

LEITE, Iara Costa. Cooperação Sul-Sul: um ensaio conceitual. **Mundorama**. 15 de junho de 2010. Disponível em: <http://mundorama.net/2010/06/15/cooperacao-sul-sul-um-ensaio-conceitual-por-iara-costa-leite/>. Acesso em: 10 de jun. 2011.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. A política africana do Brasil no pós-guerra fria. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 35, Fev. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

---

[44782010000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200001&lng=en&nrm=iso).

Acesso em: 10 de jun. 2011.

SARAIWA, José Flávio Sombra. Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 45, n. 2, Dez. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292002000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200001&lng=en&nrm=iso).

Acesso em: 10 de jun. 2011.

SARAIWA, José Flávio Sombra. The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 53, n. spe, Dez. 2010. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300010&lng=en&nrm=iso).

Acesso em: 10 de jun. 2011.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, Dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=iso).

Acesso em: 10 de jun. 2011.

**Palavras chave:** política externa, África, Brasil, Lula, reaproximação.

---

# Uma Primavera dos Povos Árabes?

---

Documento de Trabalho  
Oriente Médio e Magreb  
Danny Zahreddine  
18 de Junho de 2011

---

**As revoltas no mundo árabe, seus antecedentes e desdobramentos. Os impactos regionais frente à diversidade sociopolítica do mundo árabe e a natureza dos conflitos.**

---

No dia 17 de dezembro de 2010, o jovem tunisiano Mohamed Ibn Bouazizi ateou fogo no próprio corpo após ter sua banca de frutas confiscada pelas autoridades tunisianas. Este ato expressou toda a desilusão e desespero de um indivíduo que teve seu único meio de manter sua sobrevivência apreendida pelas autoridades locais, que por várias vezes extorquiu dinheiro do tunisiano. Ao mesmo tempo, um presidente milionário, mantinha o país sob seu comando a mais de vinte anos no poder, com violações evidentes aos direitos humanos.

A Revolução Francesa (1789) representou a tentativa do povo francês em não permitir a continuidade das contradições profundas existentes entre a opulência da nobreza de um lado, e a fome e a miséria de quase toda população de outro. Suas repercussões transformaram profundamente o mundo, sendo inclusive o nascedouro do nacionalismo.

Após o fim da era napoleônica, com a derrota na Batalha de Waterloo (1815), os grandes impérios europeus tentaram reverter o processo de liberalização política iniciada no período anterior, criando a Santa Aliança, movimento que visava restituir o poder à monarquia européia em detrimento dos avanços ocorridos na era napoleônica.

A “Primavera dos Povos”, ocorrida em 1848 na Europa central e Oriental,

significou um movimento contrário às políticas conservadoras da Santa Aliança.

Este momento ganhou força com as crises econômicas nas grandes cidades e no campo. O grande número de desempregados na indústria e na agricultura reforçou o caráter popular do movimento. Neste momento, os movimentos socialistas e anarquistas ganharam mais visibilidade devido à precariedade das condições de vida dos europeus. Após as revoltas de 1848, uma série de reformas constitucionais ocorreram na França, Alemanha e em outros países.

Desta forma, a “Primavera dos Povos” representou a tentativa de manutenção dos ideais lançados pela Revolução Francesa, iniciado com o aumento da pobreza e da fome em alguns países europeus. Com isto, reapresento a pergunta que iniciei nesse artigo: As revoltas árabes seriam uma nova primavera dos povos?

Talvez sim, mas antes de responder a essa pergunta, temos que observar algumas questões relacionadas ao Oriente Médio, e em especial o mundo árabe.

A criação do Oriente Médio moderno e dos Estados do Norte da África (Magreb), ocorreu, em sua maioria, após a Primeira Guerra Mundial, com a derrocada do Império Turco Otomano (potência mandatária de grande parte da região). A configuração geográfica desses países,



bem como as elites que foram escolhidas para ocuparem o poder por Grã-Bretanha e França, respondiam a duas necessidades principais: 1) A política de reafirmação regional do Reino Unido e França, devido à descoberta de extensas jazidas de petróleo naquela área, bem como a política mundial envolvendo as demais potências; 2) as disputas das elites árabes locais.

A configuração do Oriente Médio, criada a partir dos acordos secretos de Sykes Picot e de acordos posteriores entre as duas potências européias gerou uma região extremamente instável, com governos arbitrários, autoritários e abertos à influência externa.

Um momento importante para reafirmação da identidade árabe foi o movimento Pan-Arabista, encabeçado pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser na década de 1950, após derrubar o Rei Faruk I. Este movimento representou uma nova era para o nacionalismo árabe, afetando diretamente os governos da Líbia, Síria, Iraque e etc. O nacionalismo árabe se notabilizou pela reafirmação do direito de autodeterminação dos povos árabes, principalmente os palestinos; pelo discurso anti-imperialista e anti-Israelense e pelo direito ao desenvolvimento econômico e social dos povos árabes.

Após a guerra de 1967<sup>1</sup>, a força do movimento diminuiu fortemente, mas os partidos ligados à ideologia *Baath*<sup>2</sup>, de uma sociedade árabe secular e nacionalista permaneceu até os dias de hoje. A maior parte dos países ligados a essa ideologia passaram por intervenções externas ou foram derrubadas com auxílio externo. Uma característica que

influenciou na derrubada de tais governos foi o excesso de autoritarismo e violência dos governos contra a oposição política. Exemplo de Estados que mantiveram a ideologia *Baath* são: Iraque (derrubado pela intervenção estadunidense) e Síria, que vive um momento de instabilidade política.

Porém, mesmo com a derrubada de reis que haviam sido colocados no poder pelas potências européias, os presidentes da década de 1950, 1960, 1970 e 1980 traziam novos projetos nacionais, mas ainda centralizavam o poder e utilizavam de uma política que reforçava o culto à personalidade. Grande parte dos novos presidentes a partir da década de 1950 eram oficiais das Forças Armadas, e sua autoridade e legitimidade estavam ligadas à necessidade de acabar com a tirania das monarquias, com o fundamentalismo religioso, com o perigo representado por Israel e com a pobreza entre a população árabe.

Grandes avanços ocorreram em alguns Estados, mas a complexidade social e política dos países do Oriente Médio e Magreb gerou situações que levaram a guerras civis, guerras entre vizinhos, entre outras coisas.

A intervenção externa geralmente se mostrou um remédio amargo para a solução dos problemas internos dos países árabes, haja vista as dificuldades encontradas pelos Estados Unidos na intervenção do Líbano na década de 1950 e 1980, no conflito Árabe-Israelense, desde a fundação do Estado de Israel (1948) e na ocupação do Iraque em 2003.

Os ataques de 11 de setembro de 2001 representaram um novo desafio para as populações árabes. A luta contra o terrorismo gerou um sentimento de “arabefobia” em quase todo mundo, fruto das políticas adotadas pelos EUA e da tentativa de legitimar tais ações frene ao seu público interno, que nem sempre foi bem compreendido por sua população.

Ao mesmo tempo, os avanços nas

<sup>1</sup> A Guerra de 1967, ou Guerra dos Seis Dias, foi um ataque surpresa de Israel às bases militares do Egito, Jordânia e Síria, que culminou com a ocupação de toda a Cisjordânia, Faixa de Gaza, Jerusalém Oriental, Península do Sinai e Colinas de Golã.

<sup>2</sup> Partido árabe, de cunho Pan-arabista, cuja ideologia se baseia em um socialismo nacionalista árabe.

comunicações, bem como na capacidade de articulação e coordenação de grupos sociais por meio da internet, permitiram que as populações árabes, aos poucos, vissem com mais clareza as benéficas de um mundo acessível a todos, sem limites de informação e de posicionamento político, algo contrário à realidade vivida por esses indivíduos em seus países de origem.

A “Revolução de Jasmim” representou uma pequena parte do problema que enfrentam os países árabes. Este problema se manifesta na frustração e na contradição de um mundo novo, onde a livre expressão e busca de novas possibilidades seriam possíveis, com a realidade nua e crua de um Estado corrupto e policialesco. O movimento que se iniciou na Tunísia teve forte apelo popular, pois a imagem do jovem em chamas impactou diretamente todos os indivíduos que viviam uma situação semelhante, de desesperança frente ao futuro. É neste sentido que a primavera dos povos árabes possui uma interface importante com os movimentos de 1848. Eles nos remetem à pobreza, desemprego, frustração, autoritarismo e ausência de justiça social, que gerou um contágio geral pela região.

No caso tunisiano as manifestações populares levaram à derrubada do presidente Ben Ali, no poder desde 1987. As manifestações que se seguiram na Argélia, Jordânia, Egito, Iran, Bahrain, Líbia, Marrocos, Arábia Saudita, Iraque, Omã, Líbano, Iêmen e Síria geraram resultados distintos, devido às idiossincrasias de cada sociedade, da relação existente entre suas minorias, bem como das interações que cada uma delas mantém com potências regionais ou globais.

A derrubada do governo de Hosni Mubarak, no poder desde 1981 e a manutenção dos combates na Líbia, entre as forças opositoras, governo e Otan, revelam o quão heterogêneo são as

relações sociopolíticas existentes internamente, os interesses externos e a natureza do problema que afeta estes Estados.

A continuidade dos protestos na Síria, que já vitimaram milhares de pessoas e a inação das potências ocidentais, mostram os laços existentes entre o governo sírio e alguns governos europeus, bem como a apreensão de uma transição que não observe os interesses ocidentais.

De um lado, a rapidez de ação no caso Líbio, do outro, o distanciamento da ação euro-estadunidense no caso iemenita, sírio e do Bahrain. Todas estas questões estão ligadas às transformações no ordenamento regional que estas mudanças poderiam gerar aos interesses das grandes potências

Todavia, mesmo com a pressão externa e com a disputa entre as elites locais, os principais atores envolvidos nas tensões vividas no Oriente Médio não conseguem evitar o poder inercial da Revolução de Jasmim. A essência das transformações diz respeito ao direito de manifestação política, à dignidade humana e ao direito a uma vida melhor, digna de uma primavera que sucede um longo inverno, que pode gerar o renascimento da cultura e da história dos povos árabes.

## Referência

HOURANI, Albert Habib. Uma história dos povos árabes. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SHLAIM, Avi. A Muralha de Ferro. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

### Sites:

The Daily star

<http://www.dailystar.com.lb/>

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

Al Jazeera

<http://english.aljazeera.net/>

**Ver também:**

23/11/2006 - [O assassinato do Ministro da Indústria do Líbano, Pierre Gemayel, e seus impactos para a política libanesa](#)

13/05/2005 - [A Retirada Total das Tropas Sírias do Líbano](#)

25/02/2005 - [A resolução 1559 e o assassinato do ex-Primeiro Ministro Rafic Al Hariri](#)

**Palavras Chaves:** oriente médio, magreb  
Primavera dos Povos, revoluções,  
revoltas, conflito, Danny, Zahreddine.

## Conjuntura Internacional

**Pontifícia Universidade Católica - MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

### Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais:  
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais:  
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral:  
Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico:  
Prof. Danny Zahreddine  
Prof. Jorge Mascarenhas Lasmar  
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Carlos Roberto de Souza Junior; Déborah Silva do Monte; Gabriel Campos Fernandino; Márcia de Paiva Fernandes; Marina Scotelaro de Castro; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raquel Helen Santos Silva; Vinícius Tavares de Oliveira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais,  
prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte -  
MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:  
[ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website:  
<http://www.pucminas.br/conjuntura>

